



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ARTES  
DEPARTAMENTO DE DESIGN

**POR UMA CULTURA TRANSCENTRADA:**  
ASSOCIAÇÃO DE CRIATIVOS TRANS

Tahak Cadete Meneguzzo

**Brasília**  
**Julho de 2023**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ARTES  
DEPARTAMENTO DE DESIGN

**POR UMA CULTURA TRANSCENTRADA:**  
ASSOCIAÇÃO DE CRIATIVOS TRANS

Tahak Cadete Meneguzzo

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora como requisito  
para obtenção do grau de Bacharel em Design.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa Cobbe Maass

**Brasília**  
**Julho de 2023**

Tahak Cadete Meneguzzo

**Por uma Cultura Transcetrada:** Associação de Criativos Trans

---

Profa. Marisa Cobbe Maass - Orientadora

---

Dr. Levi Orthoff - Membro

---

Profa. Dra. Nayara Moreno de Siqueira -  
Membro

Para toda pessoa trans julgada como  
estranhas demais para pertencer e ser  
no mundo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora, Marisa, pelo apoio ao longo deste trabalho. Sua experiência, disponibilidade, paciência e didática foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e para a conclusão deste projeto. Sou grato pelas sugestões que enriqueceram a qualidade e a profundidade deste trabalho, agradeço o suporte fornecidos ao longo deste processo de tcc e de formação em design.

Agradeço à minha primeira orientadora e atual examinadora da banca, Nayara Moreno, por todo o seu auxílio e apoio ao longo da minha jornada acadêmica. Seu comprometimento e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento dos meus projetos, mesmo que tenha ocorrido mudança do tema do TCC. Sou grato pelas contribuições oferecidas durante esse período e durante minha formação no curso.

Gostaria de estender meu agradecimento à Helena Maltez pela amizade, pela fé no meu trabalho e pelo apoio material fornecido durante a realização deste, fornecendo um espaço para a escrita.

Expresso minha gratidão à Luísa Porfírio pela amizade constante e companhia diária.

Também dedico meus agradecimentos às seguintes pessoas trans:

Atma Betat, Lua Cavalcante e Ravena Violeta, que compartilharam sua amizade, apoio e disponibilidade para conversar e desenvolver modos de enfrentar diversas questões confrontadas diariamente pela nossa população trans.

Pétala Cocentino, que generosamente emprestou seu computador por meses para a realização deste trabalho, além de todo o apoio material e emocional fornecido ao longo desse período.

Taya Carneiro, a quem tive a honra de conhecer, poder compartilhar momentos e conversar sobre vivências trans. Infelizmente, Taya nos deixou prematuramente, mas sua memória e seu exemplo continuam vivos em nossa luta contra a transfobia. Taya é uma inspiração para todos nós e estará sempre presente, que sua jornada seja um exemplo para alcançarmos a igualdade e o respeito para todas as pessoas trans.

Essas pessoas foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, e sou imensamente grato por sua contribuição e presença em minha vida.

## **RESUMO**

Este trabalho propõe a estruturação de uma associação, uma Organização da Sociedade Civil, de criativos trans no Brasil, com foco no público transmasculino e não-binário, e ênfase na cultura, arte e design transcentrados. O objetivo é promover a visibilidade, fortalecimento da comunidade trans, combater e à transfobia, o preconceito e a discriminação, considerando que essa população é marginalizada socialmente e o design tem função política e pode atuar nesse contexto

Palavras-chave: Design Transcentrado, Associação, Comunidade Trans, Cultura Trans, Economia Solidária.

## **ABSTRACT**

This work proposes the structuring of an association, a Civil Society Organization, for trans creatives in Brazil, focusing on the transmasculine and non-binary public, with an emphasis on trans-centered culture, art, and design. The objective is to promote visibility and empowerment of the trans community, combating transphobia, prejudice, and discrimination, considering that this population is socially marginalized, and recognizing the political role of design in this context.

Keywords: Transcentric Design, Association, Trans Community, Trans Culture, Solidarity Economy.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1.</b> Transgeneridade, conceitos centrais.	<b>14</b>
<b>Figura 2.</b> Cenário geral dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2022	<b>17</b>
<b>Figura 3.</b> <i>The Triple Helix.</i>	<b>23</b>
<b>Figura 4.</b> Recorte do mapa mental da Sociocracia: objetivos, missão e visão.	<b>32</b>



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>REVISÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
Transfobia e violência.....	17
Invisibilidade Trans AFAB e interseccionalidades.....	21
Design e resistência: projetando sistemas sustentáveis, decoloniais e trans inclusivos.....	23
Economia solidária.....	28
As Organizações da Sociedade Civil e sua importância para as lutas sociais.....	28
<b>PROJETO.....</b>	<b>31</b>
Objetivos.....	31
Justificativa.....	31
Associação.....	33
Metodologia.....	34
Possível plano de ação para iniciar a organização.....	35
1ª Fase: Sensibilizar as pessoas.....	36
2ª Fase: Constituição.....	37
3ª Fase: Pré-operacional.....	38
4ª Fase: Operacional.....	39
Plano de negócios.....	40
Oficinas.....	40
Eventos.....	43
Loja colaborativa.....	44
Comunicação e Design.....	44
Gestão de recursos.....	44
Estrutura organizacional e tomada de decisões.....	45
Plano de ação de recrutamento de oficinairos, membros e apoiadores.....	48
Manifesto.....	49
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

A imposição sobre as formas de vivência da individualidade e das famílias e coletivos é uma realidade presente no Brasil, resultando na repressão estrutural de grupos que divergem das normas amplamente impostas. As estruturas sociais existentes, como a família, o Estado e a Igreja, atuam de forma coletiva para moldar essas manifestações diferentes de ser, buscando sua padronização. Nesse processo, os seres humanos diferentes são tratados como seres "defeituosos", a serem sacrificados em benefício de outros, remetendo a uma dinâmica semelhante ao darwinismo social, onde o valor do diferente é negado e sua exclusão ou extinção são encorajadas.

Esses corpos estranhos, denominados divergentes ou dissidentes, referem-se a pessoas que são indivíduos completos, cuja existência no mundo material diverge do que é considerado "normal", que não é necessariamente a maioria quantitativa.

Há uma multiplicidade de recortes e intersecções nesse contexto, representando diversas formas de ser, para muitas das quais têm sido negadas o direito de existir, de viver. Mesmo na presença de regras teoricamente protetoras, essas mesmas regras, suas estruturas, criadores e perpetuadores continuam a causar danos e a alimentar um ciclo de morte. A negação da essência e da autenticidade das pessoas por meio dessa lógica desumanizadora priva-as do direito de serem verdadeiramente autênticas e de se expressarem perante o mundo, gerando um ambiente de repressão que afeta todas as almas e corporeidades que se desviam do padrão estabelecido. Essa repressão resulta na perda de vidas, interrompendo a oportunidade de as pessoas envelhecerem e perpetuarem suas ideias, modos de ser, cosmovisões múltiplas e libertadoras.

Reconhecer a importância do convívio social, da interação e participação na sociedade é crucial para promover a inclusão dos ditos diferentes e o respeito à diversidade. Muitas vezes, há tentativas de desmobilização de manifestações culturais que venham de pessoas ou coletivos dissidentes, que visam a suprimir suas existências e seus sonhos, separando-os dos demais para enfraquecê-los.

A cultura desempenha um papel fundamental na disseminação dos pensamentos, sentimentos, memórias e tradições de um determinado local e grupo de pessoas. Esses processos são tanto coletivos quanto individuais, uma vez que as pessoas processam internamente o mundo no processo de criação individual.

O Design integra essa estrutura cultural do mundo, responsável por atribuir sentido às coisas, permitindo que elas tomem forma enquanto sistemas, matéria, ideias e outras manifestações.

A construção coletiva de modos outros, que abranjam as diversas existências humanas é possível, restando a nós a responsabilidade de construir e nutrir os sistemas e ideias existentes para as direções que sentimos necessidade, alimentando nossas redes, nutrindo uns aos outros com o mesmo cuidado que as árvores tem entre si. Pois uma floresta representa um sistema que se autogere, distribuindo seus recursos e energia para buscar o equilíbrio interno entre suas partes, estabelecendo relações de troca benéficas para o mantimento deste.

A natureza é multifacetada e exuberante, favorecendo a vida de várias formas. Portanto, por que as vidas humanas não poderiam existir em suas múltiplas manifestações? Por que as diferenças entre nós seriam necessariamente negativas se cada um é único e são justamente as diferenças que fazem haver sentido em nos relacionarmos uns com os outros? Se são nas diferenças que, para alguns, transborda, enquanto ao outro, falta. Se para um algo é natural e ao outro é estranho. Porque não pensarmos em modos de valorizar e gerir as sabedorias que vem das diferenças em projetos voltados para o coletivo?

O Design tem um papel social e por isso também é responsável pela construção de um ambiente inclusivo para as pessoas trans. Deve ir além da concepção de produtos comerciais, considerando outras necessidades dessas pessoas que podem não ser atendidas por soluções de mercado, ouvindo as populações envolvidas no desenvolvimento de todos os processos.

A colonização histórica estabeleceu um padrão exploratório excludente, baseado em ideais eurocêntricos, supremacistas brancos e cristãos. Esse modelo exploratório se refletiu na criação de um mercado binário, que vende produtos voltados para

homens ou mulheres cisgêneras, que raramente inclui corpos dissidentes como pessoas LGBTQIAP+, racializadas e com Deficiência (PCDs). Entretanto, a criação e venda de produtos comerciais, como aplicativos de celular, acessórios de moda com temática LGBTQIAP+, ou até mesmo desenvolvimento de tecnologias corporais como próteses e “*binders*” menos dolorosos, embora sejam questões integrantes da vivência trans e necessárias para muitos, não abarcam toda a complexidade dos problemas enfrentados por essas pessoas, que envolvem não apenas necessidades individuais solucionáveis por um produto ideal, criado pelo mercado capitalista com o público trans em mente.

Este público, mesmo enfrentando vulnerabilidade socioeconômica, acaba precisando encontrar uma forma individual de resolver suas questões, como comprando um produto caro, fora de seu orçamento, voltado para uma população a quem já faltam soluções para suas demandas pois o atual sistema acredita que este público tem demandas específicas demais para valer a pena enquanto mercado. As dificuldades enfrentadas por transgêneros são questões coletivas complexas relacionadas aos direitos humanos que não devem ser reduzidas a soluções individualmente encontradas, e que colocam todo este peso sobre estas pessoas.

Por que uma pessoa trans precisaria, sozinha, passar por todo o processo de transição social, e enquanto enfrenta a carga da transfobia e estranhamento diário, é colocada como a única que pode trabalhar para atingir o corpo, o estado mental e a vida ideal, sozinha, enquanto há tantas outras pessoas como ela que podem estar precisando dessas mesmas soluções? Não são problemas individuais, são problemas sistêmicos que exigem soluções sistêmicas. Por exemplo, por que essas tecnologias corporais não são distribuídas pelo Sistema Único de Saúde se o uso delas pode evitar sofrimento mental, físico e até a morte?

Ademais sobre a relação de pessoas trans, materialidade e corpo, no âmbito educacional e do trabalho, é necessário combater a uniformização e a falta de acolhimento individual, assim como a exigência de que as pessoas se encaixem em padrões pré-estabelecidos, também valorizar e dar visibilidade às práticas culturais dissidentes.

No contexto educacional, é importante uma pedagogia que respeite e valorize a diversidade de expressões e identidades de gênero, além de ser crítica ao binarismo de gênero e heteronormatividade dominantes.

É possível resistir e transformar essa realidade. É fundamental criar oportunidades de trabalho, valorizar e dar visibilidade às práticas culturais e conhecimentos já existentes, especialmente daqueles que foram historicamente marginalizados. Devemos lutar para tornar a presença de pessoas trans algo comum e normalizado em todos os espaços, promovendo acolhimento, sustentando redes comunitárias e a partir de princípios decoloniais, sustentáveis, antirracistas, transfeministas, e antietaristas, moldados pela força coletiva e pela ajuda mútua.

Uma das formas de alcançar esses objetivos é criar organizações coletivas que ofereçam uma base sólida para a mobilização, indo além de atuação diretamente na política ou na academia, mas por meio de um contato mais direto com as pessoas envolvidas nos processos, tanto quanto público alvo, quanto como agentes, a fim de construir um ambiente voltado para pessoas trans, que busque ouvi-las, conhecê-las, entender suas habilidades e direcioná-las ao que querem contribuir. Talvez, juntando várias pessoas diferentes, possamos encontrar formas nossas de suprir ou de exigir politicamente o suprimento de nossas demandas internas, até porque quem está fora da comunidade trans, mesmo podendo estudar sobre essas pessoas, não poderá nunca entender de que precisam verdadeiramente e ajudá-las sem que elas sejam o centro na tomada das decisões.

A criação Organizações da Sociedade Civil (OSCs) como associações é um modo de fortalecer a representatividade e a voz desses grupos nos espaços de decisão. A atuação delas sobre a cultura, arte, design e educação é fundamental para populações que sofrem violências como pessoas trans.

Associações especificamente são sem fim lucrativos e compostas por indivíduos com obrigações recíprocas, interessados em servir propósitos educacionais, culturais e sociais como um todo. Existem associações de classe, de produtores, filantrópicas, entre outras.

Este trabalho tem como objetivo propor a criação de uma associação de criativos trans no Brasil, com foco na produção de cultura, arte e design transcetrada. Por meio dessa iniciativa, busca-se promover mobilização política e cultural, fornecer ferramentas para construir um ambiente inclusivo de pessoas trans e contribuir para a transformação das estruturas sociais existentes.

## REVISÃO TEÓRICA

O mundo em que vivemos existe em torno de diversas construções feitas pelas pessoas. A realidade não é objetiva, é construída socialmente por meio das interações humanas.(BERGER, LUCKMANN, 1966)

A **construção social** ocorre por meio da **socialização**, na qual as pessoas aprendem as normas, valores, crenças e papéis sociais. Durante esse processo, as pessoas internalizam esses elementos e os utilizam como filtro para interpretar o mundo e agir de acordo com as expectativas. A construção da realidade é influenciada por **instituições sociais** que promovem estruturas e padrões de pensamento que moldam a percepção e a compreensão dos indivíduos sobre a realidade, tais instituições são a família, a educação, a religião e outros sistemas de significado compartilhados.(BERGER, LUCKMANN, 1966)

Judith Lorber, socióloga e professora universitária dos estudos de gênero, em sua obra, "*Gender Paradoxes*", explora a **construção social da identidade de gênero** e como as normas de gênero são estabelecidas, internalizadas e reproduzidas na sociedade. Lorber argumenta que o gênero não é apenas uma questão individual, mas também uma **estrutura social** que perpetua desigualdades e hierarquias. As normas de gênero estão entrelaçadas com outras formas de opressão, como racismo, classismo e homofobia. O gênero é uma construção social que molda as experiências e expectativas das pessoas com base em sua identificação. (LORBER, 1994)

O gênero não é fixo, ele é fluido e variável ao longo do tempo e das culturas. As normas de gênero são opressivas, limitantes e restringem possibilidades outras de expressão e comportamento. (LORBER, 1994) Para Michel Foucault o gênero é uma construção histórica e política que está enraizada no poder e no controle social. (FOUCAULT, 1999) A categorização rígida de gênero, com a divisão estrita entre homem e mulher, foi fortemente influenciada por fatores culturais, religiosos e históricos, como o patriarcado e as estruturas de poder dominantes. Essa **divisão**

**binária** tem sido perpetuada ao longo do tempo, com base em normas e expectativas de comportamento associadas a cada gênero.

As normas de gênero são aprendidas desde o nascimento, e reforçadas por meio de **instituições sociais**, como a **família, a educação, a religião e a mídia**. A sociedade atribui diferentes papéis, comportamentos e expectativas para homens e mulheres, e essas normas são internalizadas pelas pessoas ao longo de suas vidas. (LORBER, 1994)

**Expressão de gênero e identidade de gênero** são conceitos fundamentais nos estudos de gênero que, embora interligados, se referem a aspectos distintos da experiência de uma pessoa, e podem não coincidir com o gênero atribuído no nascimento.

**Expressão de gênero** se refere às formas pelas quais as pessoas comunicam, expõem externamente sua identidade de gênero para o mundo. A expressão de gênero inclui aparência, comportamentos, modo de vestir, linguagem corporal, gestos e outros elementos **socialmente construídos** como "masculinos" ou "femininos" em determinada cultura. A expressão de gênero não está ligada ao "**sexo biológico**" da pessoa.

**Identidade de gênero** é como uma pessoa se identifica e se sente em relação ao próprio gênero, que pode ser masculino, feminino, ambos, nenhum ou outro. A identidade de gênero é interna e subjetiva, e cada um tem o direito de se identificar com o mais confortável para si.

Em diferentes culturas, ao longo da história, existiram outras formas de entender e conceituar a diversidade de identidades de gênero. Por exemplo, algumas culturas indígenas reconhecem a existência de gêneros não-binários. Em outras culturas, havia reconhecimento de papéis de gênero que não se encaixavam estritamente nas categorias binárias de homem e mulher.

No entanto, é importante reconhecer que as identidades de gênero são diversas e podem ir além da dicotomia tradicional. Há uma crescente conscientização e



reconhecimento da existência de identidades não-binárias, como pessoas que se identificam como gênero fluido, agênero, bigênero, entre outras.

Através da linguagem, atribuímos nomes às coisas, o que permite categorizá-las e comunicar sobre elas. Então surge a necessidade de termos que distingam a experiência de pessoas que vivem sua identidade de gênero atrelada a sexo biológico (**cisgênero**) daquelas pessoas cuja identidade de gênero diverge da que lhe foi imposta em seu nascimento, ou seja, não corresponde à expectativa social ou culturalmente associada ao seu “sexo biológico” (**transgênero ou trans**). A figura 1 mostra alguns conceitos centrais para a comunidade trans.

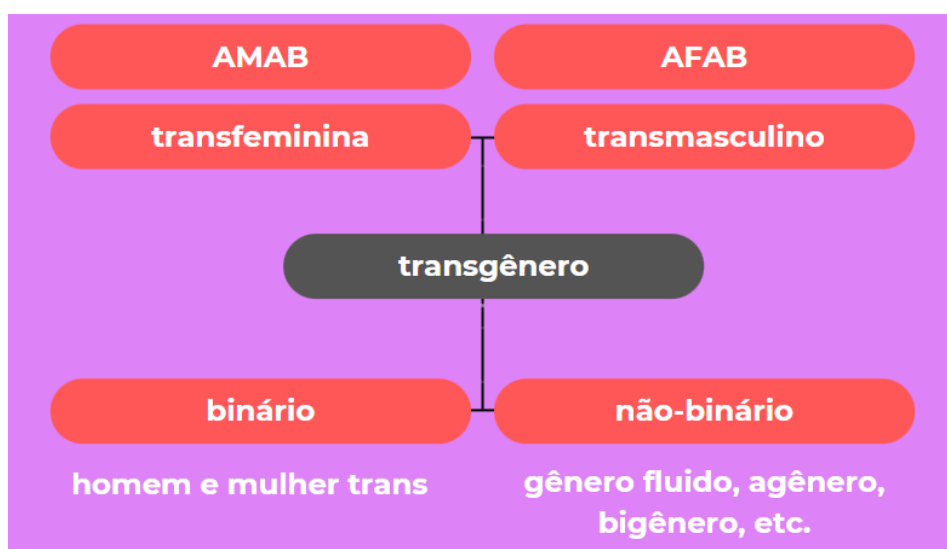


Figura 1. Transgeneridade, conceitos centrais. Fonte: MENEGUZZO, T., 2023.

A experiência de pessoas trans numa sociedade que só separa homens de mulheres diverge em **AMAB** (do inglês Assigned Male at Birth) e **AFAB** (do inglês Assigned Female at Birth); AMABs são pessoas que foram designadas homens ao nascer, AFABs são pessoas consideradas mulheres ao nascer, logo, a socialização que receberam foi diferente da de pessoas AMABs. (ANTRA, 2023) Isso sem considerar as pessoas intersexo, que não podem ser separadas em um dos dois grupos de características sexuais validados socialmente.

**Transmasculinidade** é um termo que se refere a uma variedade de identidades de gênero de pessoas que se identificam como masculinas ou em algum ponto no

espectro masculino, mas que foram designadas como mulheres no nascimento ou foram socializadas como mulheres.

A **não-binaridade** de gênero se refere a pessoas trans que se identificam para além das categorias de homem e mulher. A não-binaridade refere-se à identidade de gênero que não se enquadram nos pólos binários tradicionais de masculino e feminino, desafiando as normas culturais e sociais que restringem a compreensão do gênero como fixo e binário. É importante reconhecer e respeitar a diversidade de identidades de gênero além do binarismo, abrindo espaço para a autodeterminação e a liberdade de expressão de gênero. (BUTLER, 2015)

A necessidade desses termos surge para as pessoas trans poderem se organizar como grupo a fim de realizar conquistas de políticas públicas e ações a favor dessa população historicamente marginalizada.

### **Transfobia e violência**

Historicamente, a **colonização** estabeleceu normas rígidas e binárias de masculinidade e feminilidade que excluem e marginalizam **identidades de gênero não conformes**, impondo valores, crenças e estruturas sociais que reforçam as normas de gênero e reprimem a diversidade de identidades e expressões de gênero presentes nas culturas indígenas e africanas, por exemplo. A imposição de uma visão eurocêntrica, heteronormativa e cisnormativa de gênero durante o período colonial contribui para a marginalização e para a violência vivenciadas pelas pessoas trans, que enfrentam dificuldades em diversas esferas da vida, como o acesso à saúde, à educação, ao trabalho e à participação política, assim a colonialidade continua a afetar a vida das pessoas trans no presente de forma sistemática, por isso a importância da luta pelos **direitos humanos** das pessoas trans, de desafiar e de transformar as estruturas opressivas estabelecidas pela colonialidade a fim de construir uma sociedade mais inclusiva, na qual todas as identidades de gênero sejam respeitadas e valorizadas. (BENTO, 2016)

Essa imposição colonial é realizada por mecanismos como a violência simbólica, a supressão de conhecimentos e práticas tradicionais e a imposição de normas culturais ocidentais.

A **violência sistêmica** é um termo utilizado para descrever formas de violência enraizadas nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade, não se tratando de eventos isolados ou perpetrados por indivíduos específicos. Essa violência é sustentada por normas, práticas e instituições que mantêm e reproduzem desigualdades, opressões e injustiças. Ela se manifesta em diversos aspectos da vida, como acesso desigual a recursos e oportunidades, discriminação estrutural, negação de direitos básicos e violência institucional. Para superar a violência sistêmica, é necessário analisar criticamente as estruturas e sistemas de poder, bem como tomar medidas coletivas para promover a justiça social, equidade e liberdade para todos.

O **cissexismo** é a discriminação e opressão sistemática contra pessoas transgênero, com base na suposição de que identidades de gênero cisgênero são superiores e mais legítimas do que identidades trans. O cissexismo está enraizado nas estruturas sociais e culturais que privilegiam as pessoas cisgênero. O cissexismo se baseia em uma visão binária e fixa de gênero, na qual as pessoas são categorizadas como exclusivamente masculinas ou femininas com base em características biológicas e atributos de gênero estereotipados. (SERANO, 2016). O **cissexismo** está profundamente enraizado nas instituições médicas e nas narrativas culturais que patologizam as identidades transgênero, tratando-as como desvios ou anormalidades a serem corrigidas. (STONE, 1991)

A **transfobia** é a discriminação e violência direcionada a pessoas transgênero, baseada em preconceitos e estigmas relacionados à **identidade de gênero**. A filósofa estadunidense Judith Butler, conhecida pela **teoria queer**, discute a transfobia como uma manifestação da hierarquia de gênero e da normatividade cisgênera. Segundo ela, a transfobia é uma expressão da rejeição social e cultural daqueles que desafiam as normas binárias de gênero, resultando na exclusão, estigma e violência contra pessoas trans (BUTLER, 2015).

A transfobia pode ser motivada por ódio, mas muitas vezes também é resultado da **desinformação**. Ela surge da não crença ou da falta de compreensão de que uma pessoa trans sabe sobre sua própria identidade. É originada de uma perspectiva limitada que associa rigidamente o sexo biológico à identidade de gênero sem

reconhecer que esses conceitos são distintos e não se sobrepõem necessariamente.

A transfobia tem consequências graves no Brasil, levando ao genocídio da população trans. O país tem a maior taxa de assassinatos de pessoas trans no mundo há 14 anos consecutivos, o que resulta em uma expectativa de vida média de apenas cerca de 35 anos para essa população. Em 2022, foram registrados pelo menos 151 casos de mortes de pessoas trans, sendo 131 homicídios e 20 suicídios. A figura a seguir (Fig. 3) apresenta o contexto desses assassinatos em 2022 (ANTRA, 2023).

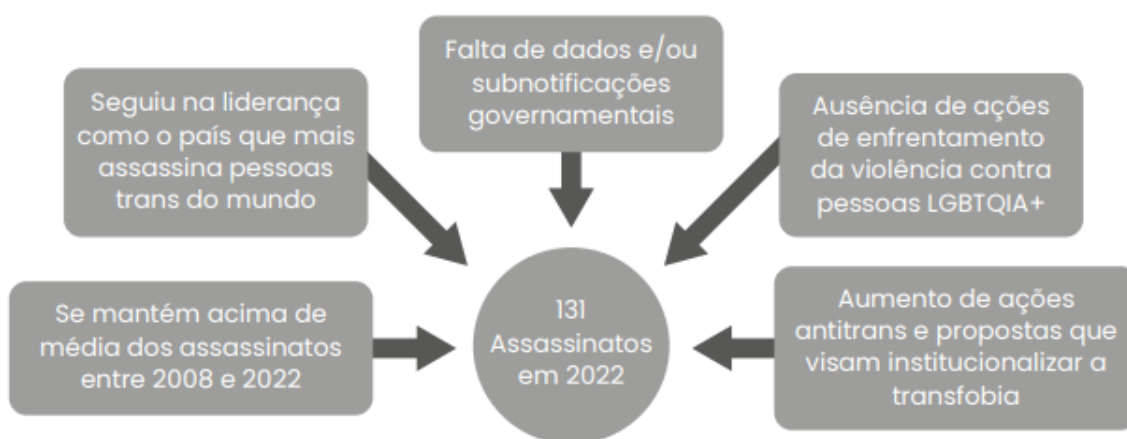


Figura 3. Cenário geral dos assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2022. Fonte: ANTRA, 2023, p.28.

As pessoas trans são excluídas do acesso a cuidados médicos e passam por uma falta de acolhimento e apoio, o que as leva à solidão e às vezes até mesmo à necessidade de esconder sua identidade. Diariamente, elas são forçadas a fazer uma escolha entre serem quem são e enfrentar as violentas consequências de serem percebidas como transgênero.

A comunidade trans enfrenta violências físicas e psicológicas, exclusão familiar ou permanência em ambientes familiares tóxicos e/ou transfóbicos, abuso físico ou sexual, são rejeitadas no mercado de trabalho formal, além de sofrerem diversas outras formas de violência. Todos esses fatores agravam a saúde mental das pessoas trans e podem levar ao suicídio (ANTRA, 2023, p. 82). Ideais transfóbicos

resultam em problemas de saúde mental em pessoas trans, que têm suas identidades de gênero, sexualidades e até mesmo seus corpos, estéticas e imagens constantemente atacados (ANTRA, 2023).

A Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios da igualdade e da não discriminação, que se aplicam a todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

Apesar da ausência de uma legislação específica, alguns avanços foram conquistados por meio de interpretações judiciais e da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiu em 2019, até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica sobre o assunto, que a discriminação por orientação sexual (homofobia) e identidade de gênero (transfobia) é como crime de racismo na Lei de Racismo (Lei nº 7.716/1989). Caso haja divulgação ampla do ato, a pena pode chegar a até cinco anos de reclusão. Essa decisão reconheceu a gravidade da transfobia e estabeleceu uma proteção legal para as pessoas trans.

O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 1)

A decisão ressalta que a pena não restringe a liberdade religiosa, desde que não incite discriminação, hostilidade ou violência contra as pessoas LGBTQIAP+. O STF justificou o enquadramento na Lei de Racismo com base no conceito social de racismo, que historicamente sustentou a desigualdade e exclusão da comunidade LGBTQIAP+ no ordenamento jurídico. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019)

Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para combater a transfobia e garantir a proteção dos direitos das pessoas trans no Brasil.

## **Invisibilidade Trans AFAB e interseccionalidades**

A invisibilidade de pessoas trans designadas mulheres ao nascer (AFAB) é resultado da interseção entre **o machismo, o cissexismo e a binaridade de gênero**.

A obra "Masculinities" (2005) de Raewyn Connell, cientista social australiana, aborda a construção das masculinidades e as dinâmicas de poder envolvidas nesse processo, examinando como as normas de gênero são construídas socialmente, e como diferentes formas de masculinidade são valorizadas e hierarquizadas dentro da sociedade, assim como a forma como essa construção pode afetar negativamente as pessoas transmasculinas. (CONNELL, 2005)

A masculinidade não é um conceito universal, é um conjunto de comportamentos e práticas moldados e influenciados por fatores socioculturais e históricos. Connell destaca que a **masculinidade dominante** e imposta como um ideal normativo é frequentemente associada ao poder, ao controle e à superioridade, agressividade, competitividade e assertividade. Todavia, existem **múltiplas masculinidades** coexistentes na sociedade e **algumas são subordinadas e marginalizadas** em relação à masculinidade hegemônica. Dentro da categoria "homens", existem hierarquias e tensões que podem excluir e invisibilizar certas formas de masculinidade, como as transmasculinidades. (CONNELL, 2005)

A sociedade tende a reforçar uma visão binária e restrita de gênero, na qual a masculinidade é associada exclusivamente ao "sexo biológico" masculino. Essa visão limitada ignora a existência de masculinidades trans, que não se encaixam nessa concepção tradicional. Como resultado, corpos transmasculinos são frequentemente invisibilizados e marginalizados nas discussões sobre gênero e masculinidade. (CONNELL, 2005)

É importante reconhecer e valorizar a diversidade de experiências dentro das masculinidades. Há uma necessidade de desafiar as normas de gênero restritivas e promover uma maior inclusão e visibilidade das masculinidades trans na sociedade. (CONNELL, 2005)

A invisibilidade trans AFAB está dentro de um contexto mais amplo de opressões sistêmicas, como **o racismo, a classismo, o capacitismo** (preconceito contra

peças com deficiência) e outras formas de marginalização. Isso significa reconhecer que a invisibilidade transmasculina não afeta todas as pessoas transmasculinas da mesma maneira, e que as experiências podem variar de acordo com a interseção de suas identidades.

Essa invisibilidade é reforçada por uma série de fatores sociais, culturais e institucionais. Por exemplo, a mídia, muitas vezes, falha em representar e retratar de forma precisa as transmasculinidades, perpetuando estereótipos negativos ou simplesmente ignorando suas experiências. Além disso, políticas públicas e serviços de saúde muitas vezes não estão preparados para lidar com as necessidades específicas dessa população, contribuindo para a invisibilização e exclusão. (CONNELL, 2005)

A falta de representação e narrativas positivas sobre homens trans e pessoas transmasculinas contribui para a perpetuação de estereótipos negativos e mitos em torno de suas identidades.

Por meio da **estereotipagem**, a representação reduz o indivíduo àquilo que o diferencia. Esse processo estabelece uma divisão entre o que é considerado normal e aceitável e o que é visto como anormal e inaceitável. A estereotipagem cria uma fronteira simbólica entre aqueles que pertencem ao grupo dominante e os "outros" que são excluídos ou considerados diferentes. A estereotipagem é parte da ordem social e simbólica, criando uma divisão entre *insiders* e *outsiders*. (HALL, 2006 apud QUEIROZ, 2019)

A estereotipagem produz estereótipos, que simplificam a complexidade de um indivíduo e fixam sua "diferença". Os estereótipos possibilitam que os *insiders* se identifiquem mais facilmente e excluam ou expilam o que é considerado diferente. Essa prática resulta em uma violência simbólica. (HALL, 2006 apud QUEIROZ, 2019)

A mídia desempenha um papel significativo na produção simbólica do "outro" e na formação da sociedade. A naturalização dos estereótipos é potencializada pela **mediatização**, em que a imagem tem autoridade para fixar a verdade. Grandes grupos midiáticos, como oligopólios de imprensa, concentram o poder de representar o "outro" e moldar a sociedade. Esse "**quarto poder**" opera omitindo e

dando visibilidade de acordo com seus interesses, “censurando e vetando aqueles que não lhe convêm ou possam prejudicar seus interesses” (VIRILIO, 1996: 11 apud QUEIROZ, 2019 )

No entanto, a representação também pode ser uma ferramenta de contestação simbólica e de mudança política. Transformar estereótipos é uma tarefa complexa e subjetiva. Não há uma fórmula definida para determinar uma mudança positiva ou negativa na representação, mas as relações de poder não são estáticas e podem ser transformadas. (HALL, apud QUEIROZ, 2019)

### **Design e resistência: projetando sistemas sustentáveis, decoloniais e trans inclusivos**

O design, enquanto prática e disciplina, desempenha um papel importante na configuração e na reprodução das estruturas sociais, incluindo as relações de gênero.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2007) discute a necessidade de superar o pensamento eurocêntrico dominante e de promover uma perspectiva decolonial que valorize os conhecimentos e experiências marginais e subalternas. Para ele, a **decolonização** desafia as estruturas e práticas coloniais que perpetuam desigualdades e opressões, além de reconhecer a existência de múltiplos saberes não ocidentais. A decolonização envolve a construção de uma **ecologia de saberes**, que valorize e integre diferentes formas de conhecimento, inclusive os produzidos por comunidades indígenas, quilombolas, camponesas e outras vozes historicamente marginalizadas. Nesse sentido, é necessário transformar radicalmente as estruturas e relações sociais, políticas e econômicas, para promover a justiça social, a equidade e o reconhecimento das diferenças. A decolonização requer a construção de uma nova ordem mundial baseada na interculturalidade, no diálogo entre saberes e na solidariedade entre os povos. (SANTOS, 2007)

Ao adotar uma abordagem decolonial, o design pode desafiar as estruturas de poder e conhecimento dominantes, questionar a imposição de normas culturais e buscar



formas de valorizar e incorporar os saberes e as práticas das culturas marginalizadas.

O design pode atuar politicamente na desconstrução dessas normas que reprimem outros modos de existir a fim de desenvolver uma sociedade mais acolhedora para pessoas trans. O design pode promover a visibilidade e valorização das identidades trans, assim como para a criação de espaços inclusivos. O papel político do design é destacado por Bonsiepe (2011), designer e teórico alemão, que argumenta que o design não é neutro, mas vem de um contexto cultural que reflete valores e interesses políticos. O design não se restringe apenas à criação de objetos estéticos, mas abrange a organização e a estruturação de sistemas de produção e consumo. (BONSIEPE, 2011)

O design deve considerar os aspectos sociais, econômicos e ambientais e buscar soluções socialmente responsáveis e sustentáveis. O design pode criar alternativas desafiantes de estruturas de poder existentes. Bonsiepe propõe um design alinhado com objetivos políticos transformadores, buscando promover a emancipação social e a participação democrática. Nesse sentido, o design é uma forma de intervenção política. (BONSIEPE, 2011)

Outro pensador que trata do papel político do design é Ezio Manzini (2015), o designer e teórico italiano, destaca a importância do design como uma prática colaborativa e participativa, capaz de criar soluções inovadoras para os desafios sociais e ambientais. Em sua abordagem de **Design Sistêmico** destaca a importância do design como um agente de transformação social, que analisa sistemas complexos e interdependentes e considera os impactos em todas as etapas do ciclo de vida. O design sistêmico busca soluções holísticas, que atendam às necessidades de todos os envolvidos, incluindo fornecedores, clientes, comunidades locais e o meio ambiente. (MANZINI, 2015)

Manzini propõe também o conceito de "**Design para a Sustentabilidade**" como uma abordagem que visa promover a criação de sistemas socioecológicos mais equitativos e resilientes. Ele argumenta que o design deve se afastar do paradigma do consumismo e da obsolescência programada, buscando soluções que sejam

socialmente inclusivas, ambientalmente conscientes e culturalmente significativas. (MANZINI, 2015)

O **Modelo do Resultado Tríplice** (*Triple Bottom Line*), demonstrado na fig. 3 propõe uma abordagem holística para avaliar o desenvolvimento sustentável das organizações. Foi criado em 1998 por Henry Etzkowitz e se baseia na integração de três dimensões principais: sustentabilidade ambiental, social e econômica.



Figura 3. *The Triple Helix*. Fonte: ETZKOWITZ, 2008 apud ENADE, 2018 p. 19, adaptado

Segundo esse modelo, as organizações devem buscar a prosperidade econômica através de práticas sustentáveis que minimizem o impacto ambiental e promovam a justiça social. Isso implica em adotar práticas que reduzam o consumo de recursos naturais, minimizem a poluição, promovam a igualdade de oportunidades e contribuam para o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas. (ETZKOWITZ, 2008)

**Design sustentável** é uma abordagem de design que busca minimizar o impacto ambiental e social negativo dos produtos e sistemas criados, enquanto maximiza seus benefícios econômicos e sociais positivos. O design sustentável considera todo o ciclo de vida de um produto ou sistema, desde a extração de matérias-primas até a disposição final, incluindo a produção, transporte, uso e descarte. O objetivo é

criar produtos e sistemas ecologicamente responsáveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

*"Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds"* (2018) é uma obra do antropólogo Arturo Escobar onde o autor apresenta uma abordagem crítica do **design ocidental** dominante e aponta sua visão utilitarista e homogeneizadora, que muitas vezes está vinculada a ideais de progresso, desenvolvimento e modernidade. Ele argumenta que essa abordagem tem sido responsável pela destruição ambiental, pela desigualdade social e pela perda de conhecimentos e culturas indígenas e locais. (ESCOBAR, 2018)

Em contraste, a perspectiva do **"design para a vida"** de Escobar propõe um novo paradigma de design que valoriza a diversidade, a interdependência entre as formas de vida e a autonomia, enfatizando a necessidade de uma abordagem participativa e colaborativa no design, para que as comunidades afetadas tenham voz e poder de decisão. Ele destaca a importância de reconhecer a autonomia das comunidades para que possam desenvolver soluções adaptadas às suas necessidades e contextos específicos. (ESCOBAR, 2018)

A obra *"Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais"*, de Ezio Manzini (2019), explora o papel do design como catalisador de mudanças sociais e ambientais positivas, enfatizando a importância de abordagens colaborativas e participativas no design. Para Manzini, o design deve ser orientado pela colaboração e pela co-criação, envolvendo diversos atores sociais e culturais no processo. Ele propõe uma abordagem centrada nas comunidades, na valorização dos saberes locais e na capacitação dos indivíduos para se tornarem protagonistas da transformação social. Nesse sentido, o design é visto como uma prática política, capaz de catalisar mudanças e criar condições para a emergência de novas formas de vida sustentáveis. (MANZINI, 2019)

**Comunidades criativas** são grupos de pessoas que se unem em torno de um objetivo comum, colaborando no desenvolvimento de soluções para problemas locais. Enquanto as **organizações colaborativas** objetivam criar um ambiente de

trabalho mais participativo, horizontal e democrático, onde todas as vozes são valorizadas e contribuem para a tomada de decisões. Baseadas em compartilhamento, cooperação e troca de conhecimentos e recursos, são uma abordagem alternativa às estruturas hierárquicas tradicionais. Essas organizações promovem a **colaboração interdisciplinar** entre diferentes atores, como designers, pesquisadores, empreendedores sociais e membros da comunidade na geração de soluções, estimulando o compartilhamento de experiências e o trabalho em equipe. As organizações colaborativas são adequadas para abordar desafios complexos e enfrentar problemas sociais e ambientais urgentes por terem a capacidade de reunir pessoas com diferentes perspectivas e conhecimentos, criando sinergias e estimulando a criatividade coletiva. (MANZINI, 2019)

Além disso, essas organizações se baseiam em valores de transparência, confiança, respeito mútuo e ética. Elas também estão comprometidas com a promoção da justiça social, da inclusão e da equidade, procurando envolver e beneficiar comunidades marginalizadas e grupos historicamente excluídos. As organizações colaborativas podem ter diferentes formas e estruturas, dependendo do contexto e dos objetivos específicos. Elas podem ser **redes de projetos, cooperativas, ecossistemas colaborativos** ou outras formas de organização que compartilham a visão de trabalho colaborativo e participativo. (MANZINI, 2019)

Nesse sentido, é importante que o design adote abordagens sensíveis e reflexivas, que considerem as experiências e perspectivas das pessoas trans em todas as etapas do processo de criação. Isso implica em ouvir ativamente as vozes das pessoas trans, envolvê-las como colaboradoras e consultoras no desenvolvimento de projetos e considerar suas necessidades e desejos.

É possível conceber o design como uma prática política que busca não apenas resolver problemas imediatos, mas também questionar e transformar as estruturas sociais e políticas vigentes. O design pode contribuir para a construção de um novo paradigma por meio de abordagens que considerem a diversidade cultural, a inclusão social, a justiça de gênero e a sustentabilidade ambiental.

## **Economia solidária**

A Economia Solidária é um modelo econômico que se baseia na cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade. Nesse modelo, a produção e a distribuição de bens e serviços são organizadas de forma coletiva e democrática, com o objetivo de atender às necessidades das pessoas e promover o desenvolvimento local de forma justa e equitativa. (SINGER, 2002)

Na economia solidária, os trabalhadores se organizam em cooperativas, associações ou empreendimentos autogestionários, onde tomam decisões de forma horizontal e participativa, compartilhando os lucros e controlando todo o processo produtivo. Esse modelo prioriza a sustentabilidade ambiental e o comércio justo, buscando diminuir os impactos negativos da produção e consumo desenfreados. (SINGER, 2002)

O design tem um papel importante na economia solidária, pois pode ajudar a desenvolver produtos e serviços que atendam às necessidades das pessoas e que sejam produzidos de forma mais sustentável e justa. O design pode contribuir para a criação de soluções que atendam às demandas sociais e ambientais, valorizando o trabalho dos envolvidos e promovendo a inclusão social, isso inclui projetar com e para minorias como pessoas trans.

## **As Organizações da Sociedade Civil e sua importância para as lutas sociais**

Amitai Etzioni, sociólogo e teórico das organizações descreve as **organizações da sociedade civil (OSCs)** como entidades independentes, não governamentais e voluntárias que atuam no âmbito da sociedade civil, buscando promover o bem comum e defender os interesses de grupos específicos. (ETZIONI, 1993)

As OSCs desempenham um papel crucial na expressão da cidadania ativa, na mobilização social, e na construção de uma esfera pública participativa. Essas organizações são essenciais para o funcionamento saudável da democracia, pois agregam vozes e perspectivas diversas, promovem a *accountability* e representam

interesses que podem não ser adequadamente atendidos pelo governo ou pelo mercado. (ETZIONI, 1993)

Assim, as OSCs são entidades independentes, autônomas e não governamentais que atuam na esfera social, sem fins lucrativos e com o propósito de promover o bem-estar social, a defesa de direitos, a transformação social e a participação cidadã. Elas são compostas por indivíduos engajados em causas sociais, coletivos, grupos comunitários, associações, fundações, institutos, entre outros tipos de organizações.

No Brasil, as OSCs são reconhecidas e protegidas pela Constituição Federal de 1988. A Constituição assegura a liberdade de associação e prevê a atuação dessas organizações como agentes da sociedade civil.

Além da Constituição, existem leis que regulamentam o funcionamento das OSCs no Brasil, como a Lei nº 9.790/1999, conhecida como Lei das OSCs, que estabelece regras para a qualificação e o funcionamento dessas entidades. Também a Lei nº 13.019/2014, que trata das parcerias entre a administração pública e as OSCs.

As OSCs atuam como mediadoras entre os cidadãos e o Estado e promovem a participação social, a defesa de direitos, a transformação da sociedade e do meio ambiente. Elas podem atuar em diversas áreas, como educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, cultura, entre outras, e tem um papel complementar às ações do setor público e privado.

As OSCs são independentes do governo, embora possam colaborar com instituições públicas, estabelecendo parcerias e buscando influenciar políticas públicas.

Em resumo, as organizações da sociedade civil são entidades independentes e sem fins lucrativos que atuam na promoção do bem-estar social, defesa de direitos e transformação social. No Brasil, elas são reconhecidas e protegidas pela Constituição Federal e possuem leis específicas que regulamentam sua atuação.

Existem inúmeras organizações da sociedade civil com foco no público LGBTQIAP+, e algumas focadas no público trans, travesti, transmasculino e não-binário, cada qual com seu foco. Como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais

(ANTRA), o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), a Articulação Brasileira Não-Binária (ABRANB), Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), entre outras de atuação local como a recém formada Associação Transmasculina do Amazonas e de outras focadas no público LGBTQIAP+ geral como o Grupo Orgulho e Liberdade de Direitos Humanos (GOLD/ES).

## **PROJETO**

### **Objetivos**

Este trabalho tem como objetivo propor a criação de uma associação de criativos trans no Brasil, com destaque para o público transmasculino e não-binário. O foco será a educação e produção de cultura, arte e design transcêntricos, com o intuito de proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde ocorram trocas de saberes e afetos. Além disso, busca-se estimular a criação de novos trabalhos e ampliar a visibilidade das pessoas e da produção criativa trans para além da comunidade trans.

Outro objetivo é promover um ecossistema colaborativo, estabelecendo parcerias com organizações locais e outras partes interessadas para alcançar objetivos comuns em torno desse público.

A associação buscará estabelecer parcerias estratégicas com instituições, empresas e outras entidades interessadas em promover a inclusão e valorização das pessoas trans no campo das artes e do design para estruturar e arrecadar recursos para o desenvolvimento de projetos voltados para a população trans.

Além disso, a proposta visa gerar mobilização política e sociocultural, a fim de transformar estruturas sociais opressoras existentes. A associação combaterá a opressão e a discriminação, e promoverá a inclusão e a igualdade de direitos para as pessoas trans.

Em suma, o objetivo principal é criar uma associação que atue de forma abrangente, abordando aspectos educacionais, culturais, artísticos e políticos, com o propósito de fortalecer e dar visibilidade à comunidade trans, transformando a realidade social e construindo um ambiente mais justo e igualitário.

### **Justificativa**

A criação de uma associação de criativos trans no Brasil se justifica pela necessidade de promover a inclusão e valorização da população trans no campo



das artes e do design. Atualmente, existe uma lacuna significativa de representatividade e oportunidades específicas para esse grupo, o que limita seu acesso à educação, cultura e espaços de troca e acolhimento.

Ao propor a criação dessa associação, busca-se preencher essa lacuna e suprir a falta de recursos e oportunidades voltadas para os criativos trans, com foco nos transmasculinos e não-binários. A associação atuará como um espaço acolhedor e inclusivo, onde as pessoas trans poderão desenvolver suas habilidades criativas artísticas e em design, em projetos voltados para demandas do grupo enquanto pessoas de vivências múltiplas, além de compartilhar conhecimentos, encontrar apoio emocional, fazer amizades e fortalecer sua autoestima.

Por meio de exposições de arte, eventos culturais e outras iniciativas, pretende-se desafiar estereótipos e preconceitos, promovendo o reconhecimento público de expressões culturais das pessoas trans.

A parceria com organizações locais e outras partes interessadas também é fundamental para fortalecer a atuação da associação. Ao fortalecer o ecossistema colaborativo de pessoas trans e aliadas, será possível promover redes de apoio, expandir ações, compartilhar recursos e alcançar objetivos comuns em prol da inclusão e valorização das pessoas trans. Promovendo assim um ambiente social mais próximo à natureza e seus esquemas de troca energia, dando respeito ao tempo necessário para tornar sustentáveis e respeitadas as trocas, esperando o momento certo para estabelecer certas parcerias e acreditando que o movimento natural trará interessados em cooperar e viver juntos.

Aliados, organizações e empresas não trans, precisam desta referência direta e saudável sobre o que é diferente. Historicamente, grupos marginalizados tem sua cultura usurpada por outros grupos, que usam estas referencias culturais sem os devidos créditos aos criadores, ou com o apagamento de suas identidades trans. No atual contexto, é insustentável que continuem usando de nossas culturas para benefício próprio sem retorno à comunidade trans, ou que continuem simplesmente ignorando a existencia de pessoas trans em seus projetos, ações e campanhas. O discurso positivo acerca da comunidade trans vêm crescendo nos últimos anos, as

peças tem tido mais acesso e conhecimento sobre essas pessoas, logo, é natural que haja mais interessados em se aliar.

Ademais, a criação dessa associação tem o potencial de gerar mobilização política e sociocultural para a transformação de estruturas sociais opressoras existentes. A discriminação e o preconceito enfrentados pela população trans deve ser enfrentada de forma coletiva, e a associação desempenhará um papel importante nesse processo.

Em suma, a criação de uma associação de criativos trans no Brasil se justifica pela necessidade de promover a inclusão, valorização e visibilidade da população trans criativa no campo das artes e do design. Por meio de uma atuação abrangente e colaborativa, busca-se transformar a realidade social, construindo um ambiente mais justo, igualitário e acolhedor para todas as pessoas trans.

### **Associação**

Para fortalecer a comunidade trans no que diz respeito ao acesso à arte e cultura, assim como à educação e espaços de troca e acolhimento, e pela necessidade de mais representação trans, em especial transmasculina e não-binária, poderia haver uma rede de pessoas interessadas em trabalhos criativos, artesãos, artistas e designers.

Esta proposta traz a criação de uma associação sem fins lucrativos que adote uma gestão sociocrática e tem como principal objetivo promover a inclusão de pessoas trans através de ações culturais, educativas e produtivas.

A criação de uma associação de criativos trans pode ser uma importante ferramenta para a promoção da inclusão e valorização dessa população no campo das artes e do design.

Por meio da organização em torno de objetivos comuns, esses artistas e designers terão apoio mútuo na luta contra a discriminação e o preconceito que ainda enfrentam na sociedade, além de reivindicar políticas públicas que garantam o acesso igualitário a recursos e oportunidades no campo das artes e do design,

sempre considerando território, cultura local e sustentabilidade na gestão dos projetos.

Essa associação oferecerá espaços de encontro e troca de experiências, além de promover oficinas e exposições de arte e design, eventos culturais como desfiles e apresentações artísticas, além de espaço para venda dos produtos produzidos pelos membros e alunos, tudo com o objetivo de divulgar a produção desses artistas para além da comunidade trans e estimular a criação de novos trabalhos.

Uma vez que a associação esteja em funcionamento, será possível buscar recursos governamentais para financiar projetos culturais e educativos que estejam alinhados com os objetivos da associação. Além disso, a associação pode buscar parcerias com empresas e organizações que tenham afinidade com a causa para ampliar as possibilidades de expansão do projeto.

Essa iniciativa pode contribuir para o fortalecimento da comunidade, da autoestima e da identidade dessas pessoas, além de proporcionar a elas a possibilidade de expressar sua criatividade e se inserir no mercado de trabalho.

Essas pessoas terão a oportunidade de conhecer e se relacionar entre pessoas de uma mesma comunidade, mas que, muitas vezes, não tem espaços de encontro onde possam se conhecer e estabelecer amizades e parcerias.

Além disso, proporcionará espaço para que os membros possam sonhar, pensar no que desejam, projetar e dar vida à ideias que podem ser importantes para eles individualmente ou coletivamente. Tanto ideias de produtos, de sistemas, de soluções para problemas reais que envolvam questões como demandas da comunidade trans e ambientais, de forma criativa e economicamente viável, quanto na criação artística e cultural como um todo, contribuindo para o fortalecimento da arte e da cultura produzidas por pessoas trans.

## **Metodologia**

Para alcançar os objetivos propostos, foram adotados métodos e abordagens específicas, detalhados nesta seção. A metodologia abrange desde a coleta de

dados até a análise e interpretação dos resultados, garantindo a confiabilidade das conclusões apresentadas.

**1. Levantamento de informações:** Nesta etapa, foram realizadas pesquisas bibliográficas e consulta a fontes relevantes para coletar informações sobre o tema.. As informações sobre como formar uma associação foram coletadas por meio de revisão da literatura e de legislações, assim como consulta a artigos jornalísticos, entre outros métodos de coleta de informações.

**2. Análise da demanda e necessidades:** As demandas e necessidades específicas das pessoas trans que a associação visa atender foram identificadas pela realização de pesquisas e análise de dados existentes, assim como pela experiência do pesquisador enquanto pessoa trans.

**3. Definição de objetivos e estratégias:** Com base nas informações coletadas e nas demandas identificadas, foram estabelecidos os objetivos da associação. Posteriormente, foram desenvolvidas estratégias para alcançar esses objetivos, levando em consideração os recursos disponíveis e as restrições do projeto.

**4. Elaboração de planos e estrutura organizacional:** Foi elaborado um plano de ação. Além disso, definiu-se uma proposta de estrutura organizacional básica para a associação, incluindo a designação de responsabilidades e a criação de um plano de gestão financeira (recursos). A estrutura organizacional foi definida com base em exigências da lei e necessidades específicas da organização.

**5. Análise e próximos passos:** Análise do projeto e demandas e definição de quais passos serão seguidos para dar continuidade ao projeto.

### **Possível plano de ação para iniciar a organização**

Conforme a proposição do SEBRAE (SEBRAE, 2013, 2022) e das leis de registro público (Lei nº 6.015/73) e outras leis pertinentes a associações, foram elaboradas estratégias levando em consideração os recursos disponíveis e as restrições do projeto. Esse plano foi dividido em fases.

## 1ª Fase: Sensibilizar as pessoas

No processo de criação de uma associação é fundamental estabelecer a missão, visão e valores, a fim de delinear claramente o propósito, objetivos e princípios éticos e morais da organização. (SEBRAE, 2013, 2022)

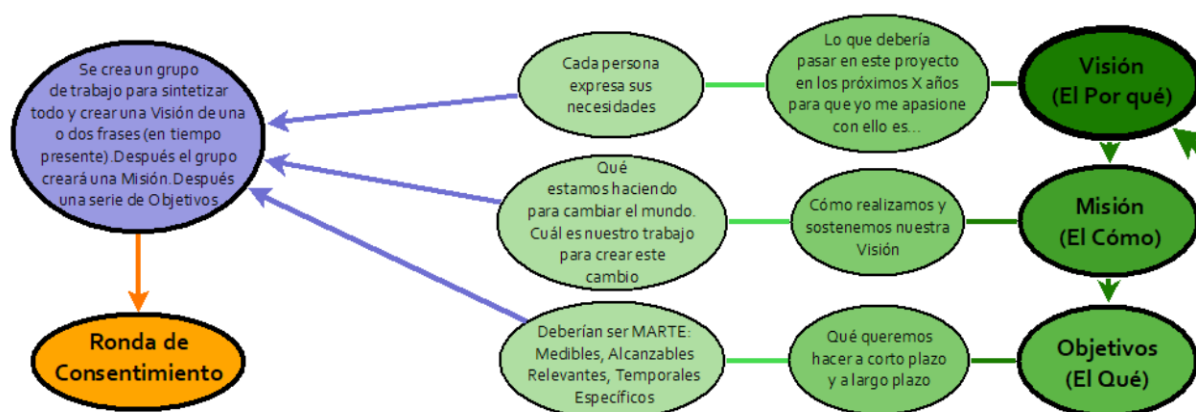


Figura 4 Recorte do mapa mental da Sociocracia: objetivos, missão e visão. Fonte: REDES, 2020

A figura 4 apresenta a definição dos objetivos, missão e visão, bem como o significado de cada um e como as decisões são tomadas em um regime sociocrático. No contexto abordado, os **objetivos** são metas a serem alcançadas tanto a curto quanto a longo prazo, e devem ser mensuráveis, alcançáveis, relevantes, temporais e específicos. Eles fornecem direcionamento e estabelecem um propósito claro para o grupo. A **visão**, por sua vez, representa o que é desejado para o futuro e estabelece o que deveria acontecer nos próximos anos para incentivar o engajamento das pessoas no projeto. Ela é moldada de acordo com as aspirações expressas pelos membros do grupo e serve como uma inspiração e guia para o trabalho coletivo. A **missão** sustenta a visão e define o que o grupo faz para promover a mudança no mundo. Ela engloba as atividades e ações empreendidas pelo grupo, refletindo seus valores e propósito e é responsável por articular a forma como o grupo contribui para a transformação da realidade.

Segundo os princípios da sociocracia, uma possível forma de organização interna é adotar o modelo de círculos ou núcleos de trabalho, no qual as pessoas se agrupam de acordo com suas afinidades e habilidades em torno de um tema ou área específica. Assim, é possível garantir que as atividades sejam bem distribuídas e coordenadas de forma mais eficiente. (REDES, 2020)

Para isso, uma equipe inicial deve ser formada, composta por amigos, conhecidos ou membros da comunidade trans que possam se interessar pela iniciativa para discutir a ideia da associação, esclarecer dúvidas e definir os primeiros passos. Essa equipe será responsável por definir os objetivos e estratégias da associação, bem como planejar a primeira fase das oficinas.

As pessoas envolvidas devem ter o máximo possível de informações sobre o tema, incluindo legislação, funcionamento, direitos e deveres dos associados, entre outros aspectos relevantes. Nessa etapa é preciso pesquisar sobre a legalização da associação, estudar a viabilidade econômica e as necessidades de infraestrutura e de recursos financeiros. Assim, o grupo poderá iniciar a organizar a associação. Inicialmente é necessário ter ao menos dez membros, e outras pessoas podem aderir ao grupo depois. (SEBRAE, 2013, 2022)

Além disso, é recomendado desenvolver um plano de negócios, que contemple a definição do modelo de negócio da associação, sua estrutura financeira, estratégias de marketing e planos de ação para o desenvolvimento do projeto. Esse plano fornecerá direcionamento e orientação para a gestão e o crescimento da associação.

## 2ª Fase: Constituição

A criação de uma associação segue alguns passos burocráticos. É necessário realizar a **Assembleia de Constituição**, ou fundação com os interessados em se associarem. Nesse momento se decide um nome exclusivo para a associação assim como o local da sede, é aprovado o **Estatuto Social** com a estrutura de funcionamento da associação e são eleitos os representantes dos órgãos de direção: **Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal** e de outros órgãos e o tempo de mandato conforme o Código Civil (Lei nº 10.406/2002)

Em seguida, é preciso preparar o **Documento Básico de Entrada (DBE) e o Requerimento Eletrônico**, que permitem cadastrar em outros órgãos e obter o **CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)** no **Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídica (RCPJ)** se neste houver convênio com a Receita Federal. O CNPJ permite a realização de transações financeiras, contratos, convênios e contratação de empregados.

De acordo com a Lei nº 6.015/73 (BRASIL, 1973, art. 120 e 121), conhecida como **Lei de Registros Públicos**, para o registro de uma associação são **necessários os seguintes documentos**: Ata de Fundação, Duas vias do Estatuto aprovado contendo as condições de extinção da associação e o destino do patrimônio, constando se a administração é reformável; A relação dos associados fundadores e dos membros da diretoria eleita, com nacionalidade, estado civil, profissão, e residência; Declarações de desimpedimento dos diretores eleitos; Lista com assinaturas dos membros presentes na Assembleia de fundação.

A documentação deve ser preparada por um advogado ou contador, e o Estatuto deve ser visto por um advogado. O processo de registro tem o prazo legal de 30 dias, e pode demorar um pouco mais dependendo do caso devido a exigências adicionais.

### **3ª Fase: Pré-operacional**

É a fase de estruturação, os membros iniciais pensarão quais as demandas mais urgentes em relação a recursos e estrutura física ou virtual. Algumas demandas como abrir conta no banco, obter licenças e alvarás, entre outros são necessárias. Talvez os membros percebam uma urgência por um espaço físico, ou de móveis e equipamentos.

Podem entrar recursos no projeto, tanto de doações de dinheiro, que facilitariam vários processos, quanto por permuta ou doações de bens físicos, como demandas de equipamentos, móveis e materiais levantadas pelos membros.

Muito pode ser feito por colaboração, mas existe uma importância real de empregar pessoas trans. Muitas vezes, organizações trans inclusivas ou transcenradas

contam com o apoio voluntário de pessoas que já estão com inúmeras dificuldades no dia a dia, inclusive o desemprego. Então, a depender dos recursos, seria interessante estabelecer alguns cargos permanentemente pagos, para além daqueles temporários que viriam de demandas passageiras ou com recursos finitos.

Se o grupo não conseguir estabelecer parceria com um contador trans ou aliado, por exemplo, talvez seja necessário contratar um.

Para isso é preciso arrecadar recursos que podem ser públicos, pela inscrição de propostas em editais de apoio à cultura, direitos humanos e LGBTQIAP+ ou privados, priorizando parcerias locais, entrando em contato com lojas de artesanato, galerias de arte e outros espaços culturais.

Além disso, é necessário desenvolver um plano pedagógico para a realização das oficinas, com foco em temas como cultura, design, artes, manualidades e sustentabilidade. Ele deve considerar que o público terá diferentes idades. Esse plano precisaria ser instituído por pessoas trans com experiência na pedagogia, ou licenciadas em algum ofício, por exemplo.

#### **4ª Fase: Operacional**

Na quarta fase do processo, conhecida como fase operacional, as atividades da associação são iniciadas. É fundamental que a organização tenha uma gestão eficiente e comprometida com seus propósitos para alcançar o sucesso. (SEBRAE, 2013, 2022)

A associação deve realizar diversas atividades, tais como aulas, oficinas, eventos e desfiles, sempre com o objetivo de promover a inclusão de pessoas trans e expandir o projeto. Também deve buscar criar espaços de encontro que não sejam movidos por atividades práticas, mas proporcionem um ambiente de desconpressão, seguro, e mais espontâneo, pois estes são necessários para a união do grupo.

As oficinas podem ser uma oportunidade para encontrar pessoas interessadas em se tornarem membros ou voluntários da organização e contribuir para o fortalecimento da rede. É necessário estabelecer critérios claros para a seleção de



membros, levando em consideração seu comprometimento e habilidades relevantes.

Após estabelecer uma base com os primeiros projetos e promover uma boa articulação interna entre os membros, é possível expandir as atividades para outras áreas artísticas e culturais, como música, dança e teatro.

Para fortalecer a organização, é essencial manter uma comunicação aberta com os membros e apoiadores, garantindo que as atividades estejam alinhadas com os objetivos estabelecidos. Além de manter a documentação e a prestação de contas atualizadas pois isto contribui para fortalecer a credibilidade da organização. Além disso, é necessário realizar avaliações constantes do progresso da organização, coletar feedback dos membros e apoiadores, e ajustar o plano de ação de acordo com os resultados obtidos.

### **Plano de negócios**

A seguir, serão apresentados os principais elementos do plano de negócios, detalhando cada aspecto estratégico e operacional que norteará a atuação da associação, impulsionando sua efetividade e alcance de resultados significativos.

### **Oficinas**

As oficinas representam uma parte fundamental do plano de ação da associação de criativos trans. Por meio delas, a associação busca criar espaços de aprendizado, expressão e troca de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional da comunidade trans, estimulando a criatividade e fortalecendo sua presença no campo da cultura, arte e design transcentrados.

A abordagem educativa é um aspecto crucial a ser considerado neste projeto, é essencial envolver membros com experiência em pedagogia e educação de forma abrangente, não apenas indivíduos com formação acadêmica, mas também aqueles que possuem experiência em atividades educativas provenientes de diversos contextos. É importante incluir profissionais das áreas de artes e design que tenham vivência ou experiência na temática trans e priorizar a participação de facilitadores e alunos trans, mas também abrir espaço para outros corpos dissidentes. É possível

planejar algumas oficinas direcionadas ao treinamento de pessoas cis em questões básicas de gênero, arte e design centradas na experiência trans. No entanto, essas oficinas não devem ser o foco principal do projeto.

O objetivo é realizar atividades que estimulem a criatividade e a expressão artística, e o desenvolvimento de habilidades em design, proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para pessoas trans.

Todas as oficinas devem possuir uma **abordagem de cunho político-social**, levando em consideração o contexto social e o território em que se encontram, bem como a diversidade cultural e as pessoas envolvidas. Devem ser tratadas questões como racismo, transfobia, capacitismo, xenofobia, preconceito religioso e intolerâncias em geral. E para além de abordar esses temas, ter as pessoas afetadas por essas opressões no processo de troca de saberes. Mesmo que o centro não seja esses temas, eles devem ser considerados.

Além disso, é preciso abordar temáticas relacionadas às identidades trans, questões de gênero, saúde mental e autoestima, visando promover um ambiente de respeito e apoio mútuo.

Cada oficina oferecerá uma oportunidade de aprimoramento técnico, desenvolvimento de habilidades e exploração criativa. Serão ministradas por profissionais experientes e especializados, tanto membros da comunidade trans quanto parceiros externos comprometidos com a causa.

Além de promover o desenvolvimento de habilidades específicas, as oficinas também visam incentivar o empoderamento e a autoexpressão da comunidade trans. Esses espaços de aprendizado colaborativo e inclusivo proporcionarão um ambiente seguro e acolhedor, onde os participantes se sentirão encorajados a explorar sua identidade e compartilhar suas experiências por meio da expressão artística.

A diversidade de oficinas propostas reflete o compromisso em atender às demandas e interesses da comunidade trans, reconhecendo a importância de oferecer uma ampla gama de oportunidades de aprendizado. O programa deve ser

abrangente e atender às necessidades e aspirações individuais, ao mesmo tempo em que promove a coletividade e a troca de experiências entre os participantes. Entre as oficinas propostas, destacam-se temas como reciclagem, uso de materiais naturais, moda, artes visuais, design e política.

A seguir, estão as propostas detalhadas de cada oficina em artes e design com foco em desenvolvimento sustentável. Com uma diversidade de oficinas, espera-se capacitar e inspirar a comunidade trans, impulsionando oportunidades no campo da cultura, arte e design.

1. **Customização de roupas:** ensinar técnicas de customização e transformação de roupas antigas utilizando materiais sustentáveis.
2. **Criação de jóias sustentáveis:** oficina de joalheria utilizando materiais reciclados e/ou reaproveitados, como vidros, metais e madeiras.
3. **Encadernação artesanal:** oficina de encadernação artesanal com foco em produção de cadernos e agendas utilizando papel reciclado e outros materiais sustentáveis.
4. **Pintura em tecido:** oficina de pintura em tecido com tintas naturais e orgânicas, utilizando técnicas de estamparia e desenho manual.
5. **Oficina de cerâmica:** utilizando argila e outros materiais sustentáveis, a oficina de cerâmica ensina técnicas de modelagem e pintura em peças artesanais.
6. **Arte com sucata:** oficina de criação de esculturas e objetos de decoração a partir de materiais reciclados e reaproveitados, como latas, garrafas, plásticos e papéis.
7. **Bordado:** oficina de bordado manual com técnicas sustentáveis e materiais reciclados, como linhas de algodão orgânico e tecidos reaproveitados.
8. **Costura criativa:** oficina de costura criativa para produção de peças de vestuário com materiais sustentáveis e técnicas de upcycling.
9. **Oficina de marcenaria:** utilizando madeira de reflorestamento e outras técnicas sustentáveis, a oficina de marcenaria ensina técnicas de produção de móveis e objetos decorativos.
10. **Design de moda sustentável:** oficina de design de moda com foco em técnicas sustentáveis de produção, como tecidos orgânicos, tingimento natural e upcycling.
11. **Design ativista:** Nessa oficina, os participantes aprenderão como o design pode

ser usado como uma ferramenta para promover mudanças sociais e políticas, criando cartazes, pôsteres e outras mídias visuais que abordem questões importantes. Eles podem criar campanhas de conscientização ou projetos de arte pública que abordem questões como transfobia, racismo, sexismo e outras formas de opressão.

**12. Design para a sustentabilidade:** Nessa oficina, os participantes aprenderão como usar o design para criar soluções sustentáveis para problemas ambientais. Eles podem criar produtos, embalagens ou campanhas de conscientização que ajudem a promover a sustentabilidade.

**13. Design para a inclusão:** Nessa oficina, os participantes aprenderão como criar soluções de design que promovam a inclusão social e a acessibilidade para pessoas com deficiências ou necessidades especiais.

**14. Design para o desenvolvimento comunitário:** Nessa oficina, os participantes aprenderão como usar o design para promover o desenvolvimento comunitário, criando soluções para problemas locais ou trabalhando em projetos de revitalização de áreas urbanas.

**15. Design e storytelling:** Nessa oficina, os participantes aprenderão como contar histórias através do design, criando narrativas visuais que comuniquem mensagens políticas e sociais importantes.

## Eventos

Outra estratégia seria a realização de eventos culturais, como feiras e desfiles de moda, exposições de arte, espetáculos teatrais e festivais culturais, que promovam a visibilidade e o reconhecimento das produções artísticas e culturais da população trans, incentivando a participação das pessoas trans como artistas, curadoras e organizadoras de eventos.

Esses eventos podem ser realizados em espaços públicos ou privados, tais como galerias de arte, museus, centros culturais, espaços comunitários, entre outros, a partir de parcerias com organizações locais, grupos de defesa dos direitos das pessoas trans etc.

## **Loja colaborativa**

A associação também poderia criar uma loja colaborativa que ofereça espaço e recursos para esses produtores exibirem e venderem seus trabalhos, feitos por pessoas trans, para pessoas trans e cis. Isso não apenas forneceria uma plataforma para esses criadores alcançarem uma audiência mais ampla, mas também forneceria uma fonte de renda adicional para a comunidade.

A loja colaborativa pode funcionar como um selo, inicialmente como uma loja online, que pode se expandir para ter presença em feiras e eventos, e posteriormente espaços físicos conforme recursos entram no projeto.

A loja colaborativa também poderia ser usada como um espaço de encontro para a comunidade, onde os membros podem se reunir, compartilhar ideias e realizar oficinas. Através dessa loja colaborativa, a associação pode contribuir significativamente para o fortalecimento da comunidade nos territórios físicos e virtuais onde a rede se fortalecer inicialmente, com possibilidade de expansão.

## **Comunicação e Design**

O grupo deve pensar em estratégias de marketing e comunicação que possam aumentar a visibilidade do projeto e seus participantes, promover a primeira fase de oficinas e atrair novos membros e apoiadores.

Para isso, os membros precisam desenvolver e chegar a um acordo sobre uma identidade visual que faça sentido para a instituição.

Além disso, pode haver a necessidade da criação de um site ou perfil nas redes sociais mais relevantes do momento que destaque o trabalho da associação, fale um pouco sobre os associados, mostre os projetos dos alunes e os resultados das oficinas e eventos.

## **Gestão de recursos**

Uma organização precisa adotar práticas de gestão financeira adequadas para estar em conformidade com a lei e ser bem-sucedida no Brasil. Algumas diretrizes importantes são: elaborar um planejamento financeiro, um plano detalhado que

estabelece as metas financeiras da associação, identificar as fontes de receita, preveja os custos e estabeleça um cronograma de pagamentos.

Ademais, é crucial manter registros contábeis precisos e registrar todas as transações financeiras da associação de forma clara e organizada. Isso inclui registros de receitas, despesas, doações, patrimônio e outros ativos.

É importante manter as finanças pessoais dos membros da associação separadas das finanças da organização. Por isso o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) exige que a associação tenha um CNPJ e conta bancária exclusiva.

A instituição deve fornecer relatórios financeiros periódicos e transparentes para os membros, doadores e órgãos reguladores, conforme exigido por lei. A prestação de contas inclui demonstrativos de resultados, balanços patrimoniais, relatórios de atividades e comprovantes de receitas e despesas.

Igualmente, a organização deve estar ciente e cumprir todas as obrigações fiscais e tributárias aplicáveis. Isso pode incluir o pagamento de impostos, a apresentação de declarações fiscais e a obtenção de certidões negativas de débito.

É recomendado contar com o auxílio de um contador ou advogado especializado em associações sem fins lucrativos para garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e regulatórias.

Além dessas diretrizes, a associação deve desenvolver um sistema de controle interno eficiente, que estabeleça políticas de transparência e ética e promova uma cultura de responsabilidade financeira em todos os níveis da organização. Dessa forma, a organização estará em conformidade com a lei.

### **Estrutura organizacional e tomada de decisões**

A estrutura organizacional e a tomada de decisões seguem alguns princípios da **sociocracia**, sistema de governança que visa criar organizações mais colaborativas, participativas e eficazes. Ela se baseia em um conjunto de princípios que orientam a forma como as decisões são tomadas e como o poder é distribuído dentro de um grupo. "Sociocracia" deriva do latim socius (parceiros, companheiros, associados) e

do grego krátos (autoridade): o governo dos parceiros. Os princípios da sociocracia incluem: consentimento, círculos, eleição por consentimento, ligação dupla e feedback contínuo. Além de seguir os princípios da equivalência. (REDES, 2020)

1. **Consentimento:** As decisões são tomadas por consentimento, ou seja, uma proposta é aprovada se não houver objeções relevantes e fundamentadas. Isso difere do consenso, onde todos precisam concordar. O consentimento permite avançar mesmo que algumas pessoas tenham ressalvas, desde que não sejam consideradas obstáculos significativos.

2. **Círculos:** A sociocracia organiza as pessoas em círculos, que são unidades autônomas responsáveis por tomar decisões relacionadas às suas áreas de atuação. Cada círculo tem um propósito claro e autonomia para definir suas políticas internas, desde que não entrem em conflito com as políticas mais abrangentes da organização.

3. **Eleição por consentimento:** Os papéis e funções dentro dos círculos são preenchidos por meio de eleições por consentimento. Os membros do círculo propõem candidatos e, se não houver objeções, a pessoa é eleita para a função. Isso garante que todos tenham a oportunidade de contribuir e que as decisões sejam tomadas de forma mais equitativa.

4. **Ligação dupla:** Para garantir uma comunicação eficaz entre os círculos, cada círculo tem um representante que participa de reuniões de outro círculo superior. Esse representante atua como uma ponte de comunicação, compartilhando informações e decisões entre os círculos.

5. **Feedback contínuo:** A sociocracia incentiva um processo de feedback contínuo, permitindo que as pessoas expressem suas preocupações, ideias e propostas. Isso cria um ambiente de aprendizado e melhoria constante, onde os ajustes podem ser feitos ao longo do tempo.

Esses são alguns dos princípios fundamentais da sociocracia, projetados para promover a participação, a transparência e a eficiência nas decisões, permitindo que

as organizações se adaptem melhor às mudanças e atendam às necessidades de seus membros.

Como são exigidos alguns cargos básicos na constituição de uma associação no Brasil, a proposta é que existam os seguintes:

1. **Assembleia Geral:** Órgão máximo de deliberação, composta por todos os membros ativos;
2. **Diretoria:** Órgão executivo responsável pela gestão e representação, composta por Presidente, Vice-presidente, Secretária, Tesoureiro.
3. **Conselho Fiscal:** Órgão fiscalizador das contas da associação, composto por três membros;
4. **Coordenações:** Grupos temáticos que poderão ser criados conforme necessidade e demanda da instituição, suas atividades são coordenadas por um responsável eleito pela Assembleia Geral;
  - A. **Coordenação Geral:** Responsável por liderar a organização, garantir a comunicação e integração entre as diferentes áreas e promover a visão e os valores da entidade;
  - B. **Coordenação de Produção:** Responsável por coordenar a produção de produtos de moda, design e artesanato, garantindo a qualidade, a eficiência e a sustentabilidade da cadeia produtiva;
  - C. **Coordenação de Comunicação e Design:** Encarregado de gerenciar a comunicação da associação, divulgando as ações, oficinas, eventos e produtos, e promover a imagem e a visibilidade da associação. Cuida da comunicação com a imprensa, estabelece parcerias com outras organizações e instituições, e busca recursos para a associação. Produz conteúdo e faz a gestão das redes sociais para manter a presença online e disseminar informações relevantes sobre e para a comunidade trans, assim como para ampliar o alcance das atividades e projetos da organização. Responsável por desenvolver toda a parte gráfica, incluindo identidades visuais para as atividades desse coletivo;



- D. **Coordenação de Eventos:** Responsável por supervisionar a organização de eventos, tais como desfiles de moda, bailes vogue, feiras, e outros eventos culturais;
  - E. **Coordenação de Produção Cultural e Educação:** Responsável pela organização e gestão das oficinas, cursos e workshops relacionados à produção cultural, artística e em design. Responsável por coordenar as ações de educação e capacitação, tanto para os membros da associação quanto para a comunidade em geral, assim como dar suporte aos projetos culturais dos membros da organização;
  - F. **Coordenação de pessoas:** Responsável por conduzir e gerir voluntários e colaboradores;
  - G. **Coordenação de Finanças:** Responsável por gerir as finanças, incluindo o controle de receitas e despesas, elaboração de orçamentos e prestação de contas.
5. **Comissão de Ética e Disciplina:** Responsável por avaliar questões de ética e disciplina dentro do grupo, composta por três membros;
6. **Secretaria Administrativa:** Responsável pela organização dos documentos e informações da associação, bem como pelo apoio administrativo à Diretoria.

### Plano de ação de recrutamento deicineiros, membros e apoiadores

Para encontrar icineiros, membros e apoiadores, foi pensado no seguinte plano:

1. **Elaborar um Manifesto:** O manifesto sintetiza os objetivos e valores da organização. Ele tem uma linguagem mais direta que o Estatuto e por isso facilita a comunicação com o público.
2. **Criar uma campanha de divulgação:** Utilizar redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter, para criar uma campanha de divulgação da organização e das oficinas que serão oferecidas. É importante destacar os objetivos e a missão da organização e as vantagens de ser um membro ou apoiador, além disso, é possível enviar e-mails para listas de contatos relevantes e publicar anúncios em sites de eventos locais.

3. **Contatar artistas e professores trans:** Identificar e entrar em contato com artistas e professores trans de áreas específicas e convidá-los a oferecer oficinas para a organização.
4. **Estabelecer parcerias:** Buscar parcerias com instituições e organizações locais, como escolas de arte, ONGs de desenvolvimento sustentável, OSCs no geral e outras organizações LGBTQIAP+ para ampliar a rede de contatos e aumentar a visibilidade da organização.
5. **Realizar eventos:** Realizar eventos, como exposições de arte, desfiles de moda, espetáculos teatrais e festivais culturais, para atrair novos membros e apoiadores e promover a organização.

## Manifesto

Somos uma associação de pessoas trans, transmasculinas e não-binárias que buscam a inclusão e o empoderamento dessa população por meio de projetos de arte, cultura, moda, educação e eventos.

Nós, membros fundadores da Associação [nome a ser definido], acreditamos que a inclusão de pessoas trans em todas as esferas da sociedade é um direito humano fundamental e uma necessidade urgente. Muitas pessoas trans enfrentam barreiras e discriminações no acesso à educação, saúde, emprego, cultura e participação política.

Também acreditamos que a sustentabilidade ambiental é uma questão global que exige ações locais, concretas e coletivas. Reconhecemos que diversas comunidades, como indígenas e pretas, têm conhecimentos, práticas e valores fundamentais para preservar e restaurar a biodiversidade, os ecossistemas, as tradições e saberes ancestrais. Reconhecemos que a mudança climática, a perda de habitats, a poluição e a exploração desenfreada dos recursos naturais ameaçam a vida em todas as suas formas.

Nosso objetivo é promover a visibilidade das pessoas trans, não-binárias e transmasculinas e acesso a recursos e oportunidades que lhes permitam expressar sua identidade, habilidades e potencialidades. Respeitaremos e valorizaremos as

diversidades de gênero, sexualidade, etnia, idade, religião e capacidade individuais em todas as nossas ações.

Para alcançarmos esse objetivo, iremos trabalhar em colaboração e em um modelo de gestão horizontal, respeitando as diversidades e promovendo o diálogo e a troca de ideias entre os membros da associação.

Nossa associação tem como base a promoção da cultura local, autonomia e autodeterminação do grupo, e reconhece a importância de um olhar decolonial em todas as suas ações e projetos. Por meio de nossos projetos de design, arte, cultura, moda, educação e eventos, queremos criar um espaço de acolhimento e de diálogo, onde as pessoas trans possam se expressar livremente e se conectar com outras pessoas e comunidades.

Nos comprometemos em criar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, por meio de oficinas, aulas, mentorias e outras atividades educativas e proporcionar espaços e oportunidades para que as pessoas trans possam participar, colaborar e liderar esses projetos de acordo com suas habilidades e interesses. Iremos promover projetos e eventos culturais e educativos que sensibilizem a sociedade sobre a importância da inclusão trans e da sustentabilidade ambiental e cultural.

Nos comprometemos em garantir a transparência na gestão financeira e a equidade na distribuição de lucros, com especial atenção para a remuneração adequada das pessoas trans envolvidas nos projetos.

Convidamos todas as pessoas interessadas em apoiar e colaborar com essa causa a se juntarem a nós na Associação [nome a ser definido]. Juntos, podemos construir um futuro mais justo, inclusivo e sustentável.

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho teve como objetivo principal a estruturação da proposta de uma associação de criativos trans no Brasil, focada no público transmasculino e não-binário, com ênfase na cultura, arte e design transculturados. Durante o desenvolvimento do projeto, foram delineados objetivos, justificativas, metodologia e propostas de áreas de atuação e formas de atuação possíveis como oficinas e

eventos, que visem fortalecer a comunidade trans, proporcionar oportunidades inclusivas e ampliar a visibilidade da produção criativa dessa população.

Embora a proposta esteja fundamentada e delineada, é importante ressaltar que este trabalho não alcançou a etapa de recrutamento e formação de membros para a associação. Portanto, há uma série de próximos passos que devem ser considerados para dar continuidade ao projeto.

A formação de uma equipe com membros comprometidos é fundamental para impulsionar a iniciativa. Essa equipe poderia trabalhar na estruturação inicial da associação, na eleição das equipes por consentimento, na definição do estatuto final, de regulamentos internos e demais aspectos jurídicos e administrativos como o registro da associação, além de na definição de um nome oficial, identidade visual, site, e páginas nas redes sociais.

Além disso, seria necessário elaborar um plano estratégico de captação de recursos e financiamentos para viabilizar a implementação da associação e seus projetos.

Por fim, a divulgação ampla da proposta, por meio do contato pessoal com outras pessoas trans, da internet, de eventos, parcerias com instituições culturais e participação em conferências e fóruns relacionados, é importante para atrair a atenção, o apoio e a participação de pessoas-chave no setor.

Dessa forma, o trabalho realizado até o momento estabeleceu uma base para a criação da associação, porém, são necessários esforços contínuos para dar continuidade ao projeto e alcançar a sua implementação efetiva e continuidade nas operações. Os próximos passos envolvem a busca por membros, a formação de parcerias, a captação de recursos e a divulgação da proposta, com o objetivo de tornar a associação uma realidade concreta e eficaz para fortalecer e apoiar a comunidade criativa trans no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em:

<<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2023.

Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em:

<<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>>

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Berenice. Transviad@s: Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (organizadores). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Coleção Cultura Negra e Identidades. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BERGER, P. L., & LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1966.

BONSIEPE, Gui. Design, cultura e sociedade. São Paulo: Blucher, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)>. Acesso em: 18 mai 2023.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Dispõe sobre crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2023..

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

DELGADO, P. S., PÍER R. C. E., & PERUCCIO, P. Educação em design: métodos didáticos e ferramentas para inovação. Belo Horizonte: Revista Pensamentos em Design, 1(1), 2021. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/pensemdes/article/download/5916/3593/2050>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ENADE. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. 2018. Disponível em: <[https://design.ufes.br/sites/design.ufes.br/files/field/anexo/provas-e-gabarito\\_ena\\_de2018-design.pdf](https://design.ufes.br/sites/design.ufes.br/files/field/anexo/provas-e-gabarito_ena_de2018-design.pdf)>. Acesso em: 3 jul 2023

ETZKOWITZ, H. The Triple Helix: University-Industry-Government Innovation in Action. New York: Routledge, 2008.

ETZIONI, A. The Spirit of Community: Rights, Responsibilities, and the Communitarian Agenda. Nova York, NY: Crown Publishers, 1993.

FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod\\_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf)> Acesso em: 10 mai. 2023.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-Modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

LORBER, Judith. Paradoxes of Gender. New York: Yale University Press, 1994.

MANZINI, E. Design, When Everybody Designs: An Introduction to Design for Social Innovation. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.

MANZINI, E. Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.

MARTINS, JULIO. Como legalizar minha associação. Jusbrasil, [s.l.], 20 Set. 2019.

Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/como-legalizar-minha-associacao/668576399>.

Acesso em: 20 Jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em:

<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PEREIRA, P. L. N.; GAUDENZI, P.; BONAN, C.. Masculinidades trans em debate: uma revisão da literatura sobre masculinidades trans no Brasil. Saúde e Sociedade, v. 30, n. 3, p. e190799, 2021.

QUEIROZ, Taya. Trans Tá Na Moda?: representação de identidades e pessoas trans no jornalismo de moda. Brasília, mar 2019.

[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35691/1/2019\\_TayaCarneiroSilvadeQueiroz.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35691/1/2019_TayaCarneiroSilvadeQueiroz.pdf) >. Acesso em: 20 jun 2023.

REDES - Rede para o Desenvolvimento Sustentável. Sociocracia. Disponível em: <

<https://www.re-des.org/sociocracia/>>. Acesso em: 20 jun 2023.

RODRIGUES, R., FELIX, V., TCHALIAN, V. Escuta Trans - Acesso à Educação, 2019. Acesso em: 16 abr. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

SERANO, Julia. Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity" (2a ed.). Emeryville, CA: Seal Press, 2016

SEBRAE. Roteiro para criar uma associação, 03/12/2013. Atualizado em 07/02/2022 Disponível em:  
<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/roteiro-para-criar-uma-associacao,54fe438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 5 Mai. 2023.

SINGER, Paul. Economia solidária: uma alternativa ao capitalismo selvagem. São Paulo: Contexto, 2002.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 26. Brasília, DF, 2019. Disponível em:  
<<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf>> Acesso em: 3 Jun. 2023

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa, 2019. Disponível em:  
<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

STONE, Sandy. The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto, New York: Routledge.1991.

VIRILIO, Paul. A arte do motor. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.



## **ANEXO 1**

### ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AUTÔNOMA DE CRIATIVES TRANS

#### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º. A Associação xxxx, doravante denominada (SIGLA), é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de xxxxxxx e atuação em todo o território nacional e internacional, regida pelo presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º. A (SIGLA) tem por **finalidade** promover a cultura, a arte, a educação, o design e a geração de renda de pessoas trans, transmasculinas e não-binárias, por meio de iniciativas que visem à autonomia, à organização e à solidariedade entre seus membros, bem como à promoção da inclusão social e combate à transfobia, ao preconceito e à discriminação.

#### CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. A (SIGLA) pauta-se pelos seguintes princípios:

I - Autonomia: a (SIGLA) é uma associação autônoma, que se organiza de forma horizontal e descentralizada, sem hierarquia ou dominação entre seus membros;

II - Solidariedade: a (SIGLA) promove a solidariedade entre seus membros e com outras organizações e movimentos sociais que compartilhem dos mesmos ideais;

III - Inclusão: a (SIGLA) é uma associação aberta a pessoas trans, transmasculinas e não binárias, que buscam apoio mútuo, construção de saberes e práticas coletivas;

IV - Sustentabilidade: a (SIGLA) promove práticas de sustentabilidade, valorizando o meio ambiente e promovendo a produção e consumo responsáveis;

V - Cultura, arte e design transculturados: a (SIGLA) promove a cultura, a arte e o design como expressões da diversidade e da luta pelos direitos das pessoas trans, transmasculinas e não-binárias.

### CAPÍTULO III - DOS MEMBROS

Art. 4º. São membros da (SIGLA) as pessoas trans que compartilham dos princípios e objetivos da associação, independentemente de raça, cor, gênero, orientação sexual, religião ou qualquer outra forma de discriminação.

§ 1º. Para se tornar membro da (SIGLA), é necessário preencher uma ficha de inscrição disponível no site ou em uma das filiais da associação, além de concordar com os princípios e objetivos da associação.

§ 2º. Os membros da (SIGLA) têm direito a voz e voto nas assembleias e reuniões, bem como a participar das atividades e projetos desenvolvidos pela associação.

§ 3º. A (SIGLA) poderá contar com membros colaboradores, que são pessoas físicas ou jurídicas que contribuem com recursos financeiros ou materiais para o desenvolvimento das atividades e projetos da associação.

### CAPÍTULO IV - DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 5º. As fontes de recursos da (SIGLA) são:

I - Doações e contribuições voluntárias dos membros e colaboradores;

II - Eventos culturais, como desfiles de moda, bailes, exposições, feiras e festivais, que promovam a arte, a cultura e a visibilidade transmasculina e não-binária, com a possibilidade de participação tanto online quanto presencial.

III - Produção cultural, por meio de oficinas, workshops, cursos e outras atividades que visem o desenvolvimento de habilidades artísticas e a geração de renda para as pessoas transmasculinas e não-binárias.

IV - Fundos vindos de projetos aprovados em editais públicos ou privados.

§ 2º. Os fundos arrecadados com a venda de produtos produzidos pelos membros da associação serão divididos entre a associação e os produtores, em porcentagens definidas pela coordenação de produção, a fim de incentivar a geração de renda para os envolvidos na produção dos mesmos.

Art. 6º. A organização contará com assembleias gerais para tomada de decisões importantes, que deverão ser convocadas com antecedência mínima de 15 dias, devendo ser divulgadas para todos os membros.

Parágrafo único: As decisões nas assembleias gerais serão tomadas de forma democrática, com voto igualitário para todos os membros presentes.

Art. 7º. A gestão da organização será feita de forma horizontal e participativa, garantindo a voz e a participação de todos os membros na tomada de decisões e na definição das ações da organização.

Art. 8º. A organização poderá contar com membros colaboradores, que serão pessoas ou entidades que, embora não sendo membros ativos, poderão contribuir com doações, serviços voluntários, apoio financeiro ou material.

Parágrafo único. Os membros colaboradores terão direito a participar das atividades e eventos promovidos pela organização, bem como a receber informações sobre suas ações e projetos.

Art. 9º. A organização será gerida de forma horizontal e democrática, com participação ativa de seus membros na tomada de decisões e nas ações a serem desenvolvidas.

Parágrafo único. As decisões da organização serão tomadas em assembleias, que poderão ser presenciais ou virtuais, sendo as deliberações aprovadas por maioria simples dos membros presentes.

Art. 10º. A organização manterá a transparência de suas ações e finanças, disponibilizando periodicamente aos seus membros e à sociedade em geral relatórios sobre as atividades desenvolvidas e as fontes de recursos utilizadas.

Art. 11º. A organização poderá firmar parcerias e convênios com outras organizações e entidades governamentais ou não-governamentais, desde que alinhadas aos seus objetivos e princípios.

Art. 12º. Os recursos financeiros e materiais obtidos pela organização serão destinados exclusivamente para o cumprimento de suas finalidades e objetivos estatutários, sendo vedada a sua distribuição entre os membros da organização.

Art. 13º. A organização poderá ser dissolvida a qualquer momento, desde que deliberado em assembleia convocada especificamente para este fim, com a presença mínima de 2/3 dos membros ativos. Em caso de dissolução, os bens e recursos da organização serão destinados a entidades sem fins lucrativos com objetivos similares, a serem definidos pela assembleia.

Parágrafo único: Caso haja patrimônio ou recursos financeiros remanescentes após a quitação de todas as dívidas e obrigações da organização, esses serão destinados a projetos e iniciativas que promovam os objetivos da organização em consonância com seus princípios éticos e valores, a serem definidos pela assembleia.

Art. 14 - Da Bolsa de Participação em Atividades e Oficinas

§ 1º - A associação poderá criar um programa de bolsas para a participação em suas atividades e oficinas, com o objetivo de promover a inclusão e a democratização do acesso aos projetos culturais e educativos desenvolvidos pela organização.

§ 2º - O programa de bolsas será gerido pela Coordenação de Produção Cultural em parceria com a Coordenação de Finanças, que ficarão responsáveis por definir os critérios de seleção dos beneficiários e a porcentagem de recursos destinados a esse fim.

§ 3º - Os critérios de seleção deverão levar em consideração a diversidade e a necessidade socioeconômica dos interessados, em vez de critérios meritocráticos.

§ 4º - O valor das bolsas será definido anualmente pela assembleia geral, com base na disponibilidade financeira da associação e na demanda apresentada pela Coordenação de Produção Cultural.

§ 5º - Os beneficiários das bolsas terão direito a receber uma porcentagem do valor arrecadado com a venda dos produtos produzidos durante as oficinas em que participaram, conforme estipulado pela Coordenação de Produção Cultural.

Art. 14º. Este estatuto poderá ser alterado a qualquer momento, desde que deliberado em assembleia convocada especificamente para este fim, com a presença mínima de metade mais um dos membros ativos. As alterações deverão ser aprovadas por pelo menos dois terços dos presentes e entrarão em vigor imediatamente após a votação.

Art. 15º. Fica eleito o foro da cidade de xxxxxxxxx para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste estatuto.

Art. 16º. Este estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral.

xxx, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Presidente da Associação

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Secretário(a) da Associação

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Tesoureiro(a) da Associação